



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ATA DA REUNIÃO DO **COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, REALIZADA EM **19/05/2025, às 10:15H**, PRESENCIALMENTE (PORTARIA Nº 2299/2025-GP, DE 6 DE MAIO DE 2025)

PRESENTES

1. CHARLES MENEZES BARROS – JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA
2. DIEGO BAPTISTA LEITÃO - SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;
3. MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS – SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS;
4. MAURÍCIO CRISPINO GOMES – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO;
5. TIAGO SILVA GUIMARÃES – SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA;
6. LUCIANA SÁ FERNANDES – COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA;
7. PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO – SECRETÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC.

PAUTA

- 1- PDTIC vigente e elaboração de novo PDTIC
- 2- Revisão dos instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores de TIC
- 3- Atualização sobre a adoção de serviços em nuvem

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Aberta a 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Exmº Dr. Charles Menezes Barros, Juiz Auxiliar da Presidência, concedeu a palavra ao Secretário de TIC, Diego Baptista Leitão, que fez a leitura completa da pauta, tendo sido iniciada a análise dos itens na sequência apresentada.

1- PDTIC vigente e elaboração de novo PDTIC

Foi apresentado ao Comitê a sugestão de ajuste e revisão do PDTIC atual.

Deliberação:

Consignou-se que o PDTIC se encontra em fase de elaboração, aguardando apenas o Plano de Gestão para a sua conclusão, destacando-se que não há prejuízo algum em razão do plano diretor de tecnologia da informação atual continuar válido.

2- Revisão dos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização dos Servidores de TIC

Proposta 1:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

O Secretário de TIC assinalou que foi possível manter servidores de TIC de grande potencial através do teletrabalho, que esta foi a forma encontrada de reter talentos, sem perdê-los para o setor privado, como já aconteceu em gestões anteriores.

Proposta 2:

A Coordenadora de Governança esclareceu que o “Reconhecimento e Valorização dos Servidores de TIC” é um item de alto valor no IGovTIC-JUD 2025. Relembrou que no início da gestão, durante a inspeção do CNJ no TJPA, foi mencionado e reforçado sobre a necessidade do cumprimento desse item. Informou que atualmente, no IGovTIC deste ano, além de perguntarem novamente, é pedida a comprovação de que existe uma gratificação específica para servidores de TIC. Embora não exista esse normativo ainda, intenciona-se submeter uma minuta à nova reestruturação, o Plano novamente, mas sem expectativa de que se alcance uma pontuação. Esclareceu que o objetivo dessa gratificação não é que seja concedida a todo servidor de TIC, e sim reter talentos. Exemplificou o risco elevado de se perder servidores altamente qualificados, como doutores e especialistas em IA, por falta de estímulo financeiro. Propôs ainda, caso o Secretário de TIC concorde, submeta-se uma minuta para que se discuta e avalie algo que se possa implementar, no sentido de publicar uma portaria, em que já se ganharia pontuação no IGovTIC-JUD 2025.

Proposta 3:

O Secretário de Planejamento sugeriu que fosse encaminhado um expediente para a Seplan e Secretaria de Gestão de Pessoas para que num prazo de 30 dias apresentassem uma proposta que atenda à demanda de valorização dos servidores de TIC. Destacou que se utilizassem prioritariamente os recursos já existentes e disponíveis dentro da instituição, e que não necessitassem de lei.

Deliberação:

O Secretário de TIC deliberou junto ao Comitê que se utilizem dos mesmos artefatos do ano passado, qual seja, uma portaria de valorização dos servidores, produzida na gestão da Desa. Célia, e que foi aceita pelo IGovTIC-JUD 2024. Pontuou que não se trata de uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

pergunta em cascata, que invalida as anteriores, caso a evidência apresentada não seja aceita.

3- Atualização sobre a adoção de serviços em nuvem

O Secretário de TIC mencionou que uma das cobranças do CNJ (que inclusive compreende várias perguntas no IGovTIC) reside na exigência do Tribunal possuir infraestrutura em nuvem. Explicou que no ano de 2024 não havia tanto rigor, isso porque o CNJ aceitava em nuvem serviços como Microsoft e Thema, que compõem uma nuvem de serviços, sendo esta uma nuvem de infraestrutura em que a Setic possui a gestão. Atualmente, a Setic tem um contrato com a Microsoft, em que há serviços disponíveis que não são utilizados plenamente. Sinalizou, ainda, que a Setic tem uma margem de serviços que pode ser utilizada para custear infraestrutura dentro da nuvem da Microsoft. Ponderou que não serão perdidos pontos, mas seria melhor celebrar outro contrato.

Pontuou que durante a inspeção do CNJ foi demonstrado notadamente que não há necessidade de se ter 100% dos serviços em nuvem, pois o TJPA dispõe de dois DATACENTERS de alta disponibilidade. Salientou que a nuvem hoje 100% ágil tem um custo elevado, mas que é para atender tribunais que não tem uma infraestrutura de DATACENTER como a do TJPA. Enfatizou que o DATACENTER da Augusto Montenegro é extremamente robusto, com classificação TIER III. Não sendo, todavia, 100% à prova de falhas porque, por óbvio, está sujeito a catástrofes naturais, mas que as chances de se ter problema nele são mínimas. Acentuou que a Setic dispõe também de um container localizado na sede, em que funciona o segundo DATACENTER do TJPA, e, portanto, não há sentido elevar um custo que só faz crescer, tanto que muitos tribunais estão voltando da nuvem para ON PREMISE (infraestrutura própria) por conta dos custos elevados.

O Secretário de TIC apontou a necessidade de se identificar sistemas ou serviços relevantes, como o PJe, que possam ser colocados na nuvem por meio do contrato da Microsoft existente. Além disso, enfatizou a importância de verificação do custo estimado de créditos para isso, ou seja, aferir se o contrato atual comporta essa demanda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Deliberação:

Foi deliberado que a Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica proceda um levantamento de todos os serviços contratados com a Microsoft para avaliação do que está sendo consumido atualmente.

Nada mais havendo a tratar, o Juiz Auxiliar da Presidência agradeceu a presença de todos e encerrou oficialmente os trabalhos, que iniciaram às 10:15h e finalizaram às 10:45h.

Eu, PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO, Secretária do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, lavrei a presente ata, a qual subscrevo.

Belém, 19 de maio de 2025.